

# **PRESCRIÇÃO E TRABALHO DOCENTE: ANÁLISE DE ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO RELATÓRIO ESCOLAR EM PERSPECTIVA DISCURSIVA**

*Monique Moura (UERJ)*

*Bruno Deusdará (UERJ)*

*Resumo: Neste texto, analisamos, sob a ótica da teoria do discurso de Maingueneau (2001), a produção de sentidos acerca do trabalho do professor na escola. Como corpus, selecionamos documento redigido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Japeri, que se dirige aos professores daquela rede de ensino oferecendo sugestões de preenchimento do relatório escolar. Ao opor o que o professor pode pensar ao que ele deve redigir em seu relatório, tais sugestões, ao pretender padronizar os relatórios, acabam oferecendo prescrições ao que se espera seja relatado. A partir da noção de gêneros do discurso (Bakhtin, 2000), pretendemos localizar o papel esperado do professor como enunciador dos relatórios. Outra noção importante para nossas reflexões foi a de interdiscurso (Maingueneau, 2001), já que o que dá consistência a essa padronização dos relatórios os remete a discursos de instituições como o ECA, LDB, entre outras. Os motivos se explicitam através da interdiscursividade, principalmente quando se trata do poder de hierarquia entre a instituição de ensino e o professor, e seus respectivos papéis na sociedade, reconhecendo também que tais relatórios constituem a avaliação do aluno, e farão parte do seu histórico escolar.*

## **1) Considerações iniciais**

Neste artigo, problematizamos as relações que se estabelecem entre a atividade de trabalho do professor e a produção / circulação de textos no cotidiano escolar que pretendem oferecer prescrições ao trabalhador, a partir de uma perspectiva discursiva.

Assumimos aqui que a esfera de trabalho docente abrange um conjunto bastante diversificado de práticas discursivas e não discursivas, para além daquelas que ganham consistência nas interações com os alunos, no espaço-tempo da sala de aula. Dessa forma, quando falamos em textos que pretendem oferecer prescrições ao professor, estamos nos referindo não apenas a leis, instruções normativas, orientações curriculares, regimentos, projetos político-pedagógicos, mas também a um conjunto de outros textos, tais como memorandos, circulares, revistas especializadas, manuais, que são tomados pelo trabalhador como fonte de normas.

A respeito do lugar da relação entre a situação de trabalho e os modos de circulação das prescrições, vejamos a seguinte citação:

*(...) toda situação de trabalho é atravessada por uma diversidade de fontes de prescrições, não necessariamente advindas de documentos de órgãos oficiais, mas que também consistem em construções históricas que incluem saberes científicos e técnicos, conceitos, aquisições da inteligência, experiências coletivas, redes de poder e de autoridade, valores do bem comum.[BAALBAKI; CIDRINI; RODRIGUES, 2009, p. 63]*

De acordo com o ponto de vista sustentado pelas autoras, a análise das fontes de

prescrição não deve restringir-se a ver nelas apenas regras para o desenvolvimento esperado de certa tarefa, que colocariam em diálogo o trabalhador e os membros da hierarquia autorizada a enunciar normas. Seria preciso compreendê-las como produções historicamente situadas, que emergem mobilizando saberes de diferentes ordens, remetendo a valores de grupos específicos e da sociedade em geral e instituindo redes de exercício de poder.

Tal ponto de vista parece colocar um desafio importante para os profissionais da área de Letras que se dedicam aos estudos do trabalho, uma vez que essas diferentes fontes de prescrição, ao ganharem materialidade em textos verbais, nos convocam à explicitação das pistas lingüístico-discursivas na constituição das redes de saberes, valores e poder.

Para a presente reflexão, analisaremos um documento intitulado “Sugestões de palavras e expressões para o registro”, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de um município da região metropolitana do Rio de Janeiro. Tal documento circulou nas escolas do referido município, com o intuito de, como se promete em seu título, “sugerir” certas formas de preenchimento do registro escolar, em substituição ao que supostamente teria sido pensado pelo professor.

Em nossas análises, frente à polissemia do termo discurso, assumiremos aquele que nos possibilita compreender a produção de textos como prática social, tal como a sustenta Maingueneau (1997). A partir dessa leitura, entende-se que todo discurso é uma construção social que deve ser analisado considerando o contexto histórico-social no qual foi produzido, incluindo assim os diferentes posicionamentos assumidos pelo locutor, implicitamente ou não.

## **2) A prescrição e suas implicações para uma perspectiva discursiva**

Neste item, apresentamos alguns dos elementos que caracterizam as contribuições de uma perspectiva ergológica para a reflexão sobre as prescrições. Em seguida, ressaltamos algumas possibilidades de entrada para os profissionais de Letras na análise do trabalho prescrito e sua relação com o trabalho real.

Um dos primeiros aspectos a ser ressaltado nessa caracterização de uma perspectiva ergológica acerca das prescrições refere-se à distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Diferente do que se poderia imaginar, a prescrição nunca se realiza completamente durante o desenvolvimento de uma atividade de trabalho. Essa expectativa de que a atividade se reduza aos comportamentos previstos nas normas nos remete às formas de racionalização da organização do trabalho conhecidas como taylorismo. “*É nesse momento que a norma*

*coincide com a imposição e se estabelece de forma sistemática a divisão entre quem planeja e quem executa” (SANT’ANNA; SOUZA-e-SILVA, 2007, p. 80).*

Assim, ao situar historicamente essa vontade de redução das atitudes e gestos do trabalhador ao que se apresenta explicitado nas normas, torna-se possível extrair a norma de um funcionamento fortemente hierarquizado, em que se divide o trabalho de planejamento e o de execução. Amplia-se, desse modo, o olhar sobre as normas, as ordens, os procedimentos a serem cumpridos, incluindo-os na noção de *trabalho prescrito*:

*“Entendemos como trabalho prescrito um conjunto de condições e exigências a partir das quais o trabalho deverá ser realizado. O trabalho prescrito inclui, portanto, dois componentes básicos: as condições determinadas de uma situação de trabalho (as características do dispositivo técnico, o ambiente físico, a matéria-prima utilizada, as condições socioeconômicas etc.) e as prescrições (normas, ordens, procedimentos, resultados a serem obtidos etc.)” (TELLES; ALVAREZ, 2004, p. 67)*

A distância entre trabalho prescrito e trabalho real a que nos referimos anteriormente dá sustentação a um dos aspectos centrais que caracterizam a crítica de uma perspectiva ergológica. A crítica assim estabelecida possibilita compreender a atividade de trabalho para além da ênfase na previsão minuciosa dos “comportamentos” a serem repetidos nas diferentes situações. De fato, o que tal crítica permite operar no plano conceitual nos remete a uma ampliação da noção de trabalho prescrito. Entre os elementos ressaltados nessa crítica, é possível referir-se a alguns deles:

*“(...) a inevitável variabilidade do meio, as regulações colocadas em prática pelos trabalhadores, a dimensão cognitiva de todo trabalho, a necessidade de introduzir margens de manobra na concepção de postos de trabalho, o papel da experiência” (DANIELLOU apud SANT’ANNA; SOUZA-e-SILVA, 2007, p.81)*

A partir do que se delinea acima como possibilidade de ampliação dos contornos da prescrição na compreensão dos sentidos que se produzem e circulam sobre dada atividade profissional, cabe-nos agora indicar quais seriam os desdobramentos de tais reflexões, tendo em vista a especificidade da formação em Letras.

Inicialmente, ressaltaríamos o que já merecera a atenção de Rocha, Daher e Sant’Anna (ROCHA *et al*, 2002), afirmando que os estudos na interface linguagem e trabalho contribuiriam, entre outros aspectos, com a construção de um perfil do lingüista como cientista social. Tal perfil nos apontaria para a necessidade de práticas de formação na área de Letras que ganham consistência no que possibilitam como passagem dos saberes para além das fronteiras disciplinares.

Um segundo elemento importante refere-se a uma concepção ampliada de “situação de

trabalho” (ROCHA *et al.*, 2002). A partir da necessária redefinição do perfil do lingüista explicitada anteriormente, observa-se que é preciso compreender a “situação de trabalho” não se restringindo aos limites das coordenadas de espaço e tempo em que determinada atividade se realiza: “(...) *sustentaremos uma concepção ampliada de ‘situação de trabalho’, entendendo que esta se configura a partir de toda uma rede de discursos proferidos, os quais se responsabilizam, em última instância, pelo(s) sentido(s) produzido(s)*” (ROCHA *et al.*, 2002).

Desse modo, o que uma concepção ampliada de “situação de trabalho”, tal como a sustentada acima, viabiliza é a construção de um importante quadro de referência que permite a entrada em cena do lingüista procurando compreender de que modo a produção / circulação de textos no e sobre o trabalho insere uma dada atividade em uma situação sócio-histórica, que mobiliza certos gêneros do discurso, pondo em diálogo coenunciadores em certas coordenadas de espaço e tempo.

Tratando especialmente do material que ora analisamos, poderíamos dizer que nos interessa discutir de que modo um perfil de professor emerge das “sugestões” oferecidas pelo enunciador do documento, ressaltando a relação que se estabelece entre os coenunciadores, bem como os diálogos que o referido documento estabelece com outros textos que compõem o repertório de prescrições do trabalho docente, em diferentes níveis, tais como leis, regulamentos, normas.

### **3) O preenchimento do relatório escolar em análise**

Neste item, pretendemos delinear alguns aspectos que se mostram relevantes na análise dos deslocamentos que se produzem na construção de imagens do trabalho docente, a partir de um texto produzido pela Secretaria de Educação e Cultura de um município da região metropolitana do Rio de Janeiro. Discutimos a constituição de pistas lingüístico-discursivas que nos permitam compreender possibilidades de apreensão das referidas imagens.

Entre outros aspectos possíveis de serem ressaltados como relevantes na escolha do material analisado, argumentaríamos no sentido de compreender as “sugestões” oferecidas pela Secretaria de Educação e Cultura no contexto de desregulamentação da ação estatal, em que se apresentam, entre outros aspectos: “(...) *a necessidade de reformas administrativas que operassem uma transmutação do Estado administrador e provedor para um Estado avaliador, incentivador e gerador de políticas*” (SHIROMA *et al.*, 2007, p. 55)

A nosso ver, o deslocamento de um Estado provedor para um Estado avaliador ganha materialidade em um conjunto bastante diversificado de ações, desde a implementação de índices de avaliação até a produção de documentos, como o ora analisado, em que os governos comparecem apenas como “aliados”, apagando-se a necessidade de iniciativas efetivas, por exemplo, na promoção, incentivos à formação continuada, tanto no local de trabalho, quanto na participação dos profissionais em cursos.

Passaremos agora a uma descrição das condições de circulação do material a ser analisado. O documento intitulado “Sugestões de palavras e expressões para o registro” chega às escolas através de suas diretoras, tendo sido entregues pelos membros da Secretaria de Educação e Cultura em reuniões realizadas com as referidas direções. Esse texto, que chega às escolas da mesma maneira que os comunicados, projetos, entre outros documentos referentes à escola, assume o estatuto de documento, sustentando assim uma voz oficial, considerados os seguintes elementos: (i) sua circulação se dá através da escala hierárquica que envolve a Secretaria de Educação e Cultura, as direções das escolas e o corpo docente de cada unidade; (ii) sua apresentação em papel timbrado.

Em geral, cada escola recebe, através de sua diretora, apenas uma cópia do documento aqui analisado. As demais cópias desse material são feitas somente para as professoras que se mostrarem interessadas nos parâmetros oferecidos por ele. Estamos assim diante de uma primeira pista relevante na análise do referido material: não há cópia para todas as professoras. O acesso ao material se dá através da manifestação de um interesse por parte da professora. Assim, as condições de circulação do referido material parecem constituir uma cena em que se tem, de um lado, o enunciador da Secretaria, que oferece “sugestões” e, de outro, um co-enunciador, que explicita um interesse em ter acesso às referidas “sugestões”.

Essas “sugestões” pressupõem a existência do registro, ao qual elas se referem. Tal registro é o relatório escolar que o professor deve preencher bimestralmente, como instrumento de avaliação individual de cada um de seus alunos. Os professores trabalham com turmas constituídas, em média, por 30 alunos. Além desse relatório escolar, o professor está rodeado de documentos que se pretendem dispositivos de acompanhamento e avaliação dos alunos, tais como o diário de classe, boletim escolar, diferentes fichas de avaliação e, sobretudo, as provas, que prometem oferecer uma avaliação mais direta e objetiva do desempenho e do domínio do conteúdo ministrado em sala de aula.

O modelo de relatório que circula hoje nos colégios não é exatamente o mesmo que o usado na presente análise. Já existe um modelo diferente com esta mesma função de orientar

os professores na construção de relatórios escolares.

Como dissemos anteriormente, as condições de circulação do documento em análise nos colocam diante de um diálogo que se dá entre o enunciador da Secretaria de Educação e Cultura e o co-enunciador professor. Tal diálogo teria como objeto o preenchimento do relatório escolar, através das sugestões de preenchimento. Essas “sugestões” são oferecidas apenas àqueles que se interessam por cópias do referido material. Vemos assim singularizar-se uma relação na estrutura hierárquica que se desloca frente às expectativas de um diálogo que envolve a todos.

No texto, observa-se a apresentação de uma tabela em duas colunas. Na primeira, introduzida pela expressão “você pode pensar”, são listados diversos enunciados, que supostamente representariam pensamentos “sinceros” do professor. Entre esses enunciados considerados como possibilidades de pensamentos “sinceros” do professor, constam os seguintes: “o aluno não sabe”; “tem o costume de roubar”; “o aluno é agressivo”; “o aluno é largado pela família”.

Ao lado dessa primeira coluna, há uma outra, apresentada como o que “você deve escrever”. Nela, apresentam-se outros enunciados listados. Trata-se de pretensas reformulações daqueles que representariam pensamentos “sinceros” do professor. Assim sendo, sugere-se que o professor, pensando que seu aluno “tem o costume de roubar”, deve escrever que o aluno “algumas vezes pega os materiais dos colegas sem permissão e os guarda em sua mochila” ou “costuma pegar sem pedir os materiais dos colegas e na maioria das vezes demonstra o desejo de não devolver”.

Que elementos a respeito de um possível perfil de professor se explicitam no confronto entre as duas colunas? Que pistas nos são oferecidas acerca de um “você”, que pode até fazer certos julgamentos de seus alunos, mas não pode explicitá-los? Que professor o enunciador da Secretaria de Educação e Cultura pressupõe estar em sala de aula, ao pretender dar-lhe “sugestões” para que não escreva exatamente o que pensa?

Esse confronto entre dois quadros, em que constam enunciados que se atribuem ao que “você pode pensar” e “você deve escrever” põe em cena um professor que se refere a seus alunos em tom que chega a ser agressivo. Tal professor precisaria traduzir seus pensamentos em frases aceitáveis no registro formal. Os docentes empregariam, assim, as sugestões no lugar dos seus próprios pensamentos, concluindo um relatório a partir de formas prontas.

Parece estar em cena um professor que vivencia conflitos cotidianos com seus alunos

em diferentes esferas, tanto no convívio entre os alunos, na relação com o material, o desenvolvimento da aprendizagem, quanto no trato com as famílias. Esses conflitos, de acordo com o que se oferece como suposto julgamento do professor, através dos enunciados que se referem ao que “você pode pensar”, seriam vivenciados a partir de uma perspectiva de distanciamento e fortemente conservadora. Tais conflitos são atribuídos exclusivamente a problemas individuais, como se pode perceber nos seguintes enunciados: “o aluno é agressivo”, “é desorganizado”, “é largado pela família”.

Observando esse modo de apreensão dos eventos que compõem o cotidiano escolar como problemas individuais, que remetem a características de personalidade dos alunos, cabe questionar: de que maneira a Secretaria comparece a esses eventos? Que relação se estabelece entre os profissionais e a Secretaria no referido material?

Fundamentando-nos nas análises que vimos realizando a partir do confronto entre os dois quadros, podemos compreender que a Secretaria comparece apenas com a finalidade de suavizar o que supostamente é pensado pelo professor no momento do preenchimento do registro formal. Espera-se, portanto, que, no plano do registro formal, um mesmo problema, como a agressividade de um aluno, seja registrado não como “o aluno é agressivo”, mas sim afirmando que “mesmo sem motivo aparente [o aluno] age de maneira agressiva com os colegas durante as atividades”. A função desse quadro de sugestões é fazer com que o suposto professor elimine a sua forma de relatar o que acontece com o aluno em favor de um tom mais moderado, “sugerido” pela Secretaria Municipal de Educação.

Para uma melhor compreensão dos laços que unem a produção / circulação do texto em análise ao lugar que se vem atribuindo aos textos de prescrição da atualidade, vejamos a seguinte citação:

*“Acreditamos que as crises do ordenamento jurídico e não jurídico que presenciamos na pós-modernidade têm como uma das conseqüências um tratamento discursivo das normas que as afasta da imposição para aproximá-las de formas de apresentação de objetivos, diretivas, recomendações, em busca de adesão e não de submissão. Pode-se citar, por exemplo, o número cada vez mais expressivo de textos de aconselhamento nas mais diversas áreas – em particular, os apresentados sob a forma de auto-ajuda e os que compõem o discurso da qualidade” (SANT’ANNA; SOUZA-e-SILVA, 2007, p. 79).*

A promessa de abrandamento do conservadorismo supostamente atribuído ao professor nos coloca diante de um enunciador da Secretaria que, validando os eventos reconhecidos como próprios ao ambiente escolar, comparece apenas para oferecer “sugestões”. Com efeito, o aconselhamento parece constituir-se como forma bastante cômoda de um governo que, ao mesmo tempo que dialoga com um professor conservador, mostra-se aliado a ele, evitando

possíveis conflitos oriundos de acusações como o aluno “tem o costume de roubar”. Ao pôr em evidência diferentes modos de se dizer um mesmo evento, reforça-se a lógica que dá sustentação a diferentes leituras desse suposto mesmo evento: os problemas remetem sempre a características individuais dos alunos.

Só é possível fazer essa afirmação devido às características pertinentes no texto, tais como, o título “SUGESTÕES DE PALAVRAS E EXPRESSÕES PARA O REGISTRO”, as colocações “VOCÊ PODE PENSAR” e “VOCÊ DEVE ESCREVER” e evidências que não estão propriamente materializadas, mas fazem parte do interdiscurso, que nos permitem saber que estes registros caracterizarão a avaliação do aluno, que farão parte do histórico escolar e presumem um afastamento da modalização do enunciado do professor. A percepção dessas evidências não materializadas torna-se possível através do uso do interdiscurso, da análise de certa memória discursiva que nos permite reconhecer e considerar a seriedade de um documento produzido por um órgão educativo governamental e endereçado a profissionais da educação.

#### **4) Considerações finais**

Neste texto, analisamos um documento que circulou nas escolas da rede pública de um município da região metropolitana do Rio de Janeiro. Tal documento chamou-nos especialmente a atenção por oferecer aos professores “Sugestões de palavras e expressões para o registro”.

Optamos por considerar o referido texto como um documento, atribuindo a ele condição de prescrito, observando suas condições de circulação, apropriando-se da estrutura hierárquica da Secretaria Municipal de Educação, e também sua apresentação material, em papel timbrado.

Nossas análises, considerando a presença de dois quadros que pretendem apresentar o confronto entre enunciados que supostamente remeteriam ao que o professor “pode pensar” e outros que se ofereceriam como o que ele “deve escrever”, apontam para um perfil de professor esperado pela Secretaria fortemente conservador, que vivencia conflitos constantes em seu cotidiano.

Assim, a proposta de leitura do texto torna-se uma análise discursiva que considera não só o que está materializado, mas tudo o que pode ser levado em consideração para ler e entender o conteúdo dos discursos que nos rodeiam. O trabalho de análise, a qual nos

propomos avaliar, marca os papéis constituídos socialmente do professor, órgão governamental, aluno e amplia a visão dos fatores que atravessam a construção de um documento com tamanha seriedade, representada pelo timbre da Prefeitura Municipal de Japeri.

Nesse contexto, ao mesmo tempo em que o referido material se propõe a oferecer “sugestões” de “suavização” dos eventos supostamente apontados pelo professor como relevantes na avaliação dos alunos, tal documento acaba por validar não só os mesmos eventos, como a lógica que lhes dá sustentação, segundo a qual caberia à escola restringir-se a uma análise individual dos problemas.

Dessa forma, ao comparecer como aliada do professor no preenchimento do relatório escolar, a Secretaria de Educação e Cultura reforça uma lógica que toma os efeitos como causa dos conflitos, que tem assujeitado professores e alunos na busca de uma ordem disciplinar ideal que só tem promovido adoecimento. Ou seja, em vez de promover espaços de encontro entre os profissionais, redução do número de alunos por turma, facultando a possibilidade de uma compreensão mais próxima das tensões cotidianas, a enunciação das “sugestões” acaba por manter e reforçar o ritmo acelerado de trabalho que não nos tem permitido transformar as tensões em objeto de análise e intervenção coletivas.

### **Referências Bibliográficas**

- BAALBAKI, A.; CIDRINI, C.; RODRIGUES, I. C. “Vulgarização científica e polêmica em discurso para o professor”. In: DAHER, D. C.; GIORGI, M. C.; RODRIGUES, I. C. (orgs). *Trajetórias em enunciação e discurso: práticas de formação docente*. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 61-75.
- MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Trad. de Freda Indursky. 3ª ed. Campinas: Ed. da Unicamp; Pontes, 1997.
- ROCHA, D.; DAHER, M. Del C. F. G.; SANT’ANNA, V. L. de A. “Produtividade das investigações dos discursos sobre o trabalho”. In: SOUZA-E-SILVA, M. C. P.; FAÍTA, D. *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 77-92.
- SANT’ANNA, V. L. de A.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. “Trabalho e prescrição: aproximações ao problema a partir dos estudos da linguagem”. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, p. 77-99, jan. jun./2007.
- SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. *Política Educacional*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- TELLES, A. L.; ALVAREZ, D. “Interfaces ergonomia-ergologia: uma discussão sobre trabalho prescrito e normas antecedentes”. In: FIGUEIREDO, M. et al. *Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.